

# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O   D E   D E B A T E S

PANORAMA E PERSPECTIVAS DO  
**SANEAMENTO**  
NO BRASIL

**espaço  
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



**Encontros Democráticos** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

## Panorama e Perspectivas do SANEAMENTO no Brasil

**P**aulo Ferreira é doutor em Engenharia Hidráulica pela Escola Politécnica da USP. Durante 30 anos, ocupou os cargos de superintendente, coordenador de projetos e engenheiro de planejamento e controle da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Em março de 2016, ocupando o cargo de Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, ele foi o palestrante do 18º Encontro Democrático promovido pelo Espaço Democrático, que teve como tema “Panorama e Perspectivas do Saneamento no Brasil”.

Esta edição traz a íntegra de sua palestra, em que alertou para o fato de que, embora sejam pilares do desenvolvimento urbano e integrem os direitos humanos, o abastecimento de água e o saneamento ainda apresentam muitas deficiências no Brasil. Segundo Paulo Ferreira, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, 61% dos esgotos gerados no Brasil ainda não são tratados e, para chegar a 100% em 2033, conforme compromisso firmado com a ONU, o Brasil precisará investir mais de R\$ 25 bilhões por ano, valor ainda muito distante dos R\$ 4,9 bilhões, por exemplo, que investiu em 2015.

Para reverter esse quadro, Ferreira afirma que é necessário criar condições para que haja melhoria da gestão dos projetos, maior cooperação entre União, Estados e municípios e ampliação da participação da iniciativa privada nos investimentos, além de melhoria do ambiente de negócios no setor.

Boa leitura.





**SÉRGIO RONDINO:** Boa tarde a todos. Estamos iniciando o 18º Encontro Democrático, promovido pela Fundação Espaço Democrático, do PSD. Esta série foi iniciada no ano passado, 2015, e é focada preferencialmente nas questões que afetam diretamente a vida nos municípios brasileiros, e que certamente estarão em debate neste ano de campanhas eleitorais para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

O tema de hoje é "Panorama e Perspectivas do Saneamento no Brasil". Para tratar disso, temos a satisfação de receber aqui o doutor Paulo Ferreira, secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, um dos maiores especialistas brasileiros no assunto.

Paulo Ferreira é engenheiro civil pela Escola de Engenharia Mackenzie, de São Paulo, e mestre e dou-

tor em engenharia hidráulica pela Escola Politécnica da USP (*Universidade de São Paulo*). Ele foi diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Sabesp, diretor de Controle de Poluição da Cetesb e secretário-adjunto do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Ele é membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e do Comitê de Saneamento do Conselho das Cidades.

Doutor Paulo, todos nós sabemos que há uma relação direta entre saneamento ambiental e prevenção de saúde. Para focar mais diretamente na situação do Brasil, falo da relação entre a falta de saneamento básico e as doenças epidêmicas. É uma história antiga, que já agitava o País no final do século 19 e começo do século 20. Falava-se do mosquito *Aedes aegypti*, que espalhava a febre amarela e a morte e era combatido pelo sanitarista Oswaldo Cruz. Meus bisavós mater-

“ ...um dos pilares da condição humana civilizada é, claramente, o abastecimento de água e a adequada coleta e disposição dos esgotos. Com isso consegue-se medir o que é desenvolvimento. ”

nos morreram jovens, de febre amarela, em Campinas, em 1897. Mais de 100 anos depois o Brasil está, de novo, discutindo o mesmo mosquito e os mesmos problemas. Nós temos solução para isso? E se temos, para quando?

**PAULO FERREIRA:** Tentarei dar um panorama geral de como está a situação do saneamento no Brasil. Vou tentar abordar aqui alguns tópicos. Esses são os itens que eu gostaria de discutir: a importância do saneamento; como está o setor do ponto de vista institucional, que é uma batalha que sempre aparece; qual é o Plano Nacional de Saneamento Básico, como ele se desdobra; um panorama geral da prestação de serviços no Brasil; a estrutura do Ministério das Cidades, que tem a responsabilidade de implementar a política de saneamento do Brasil; o Sistema Nacional de Informações, gerenciado pelo Ministério das Cidades, que procura todo ano dar um conjunto enorme de dados de todas as cidades do Brasil - atinge 98% dos municípios e 95% da população do Brasil; e, por fim, alguma coisa sobre os investimentos que foram feitos em 2015, ano que se caracterizou por uma pesada crise econômica.

A primeira abordagem que eu proponho é: qual é a importância do saneamento na saúde pública e na melhoria da qualidade de vida? Nós sabemos que um dos pilares da condição humana civilizada é, clara-

mente, o abastecimento de água e a adequada coleta e disposição dos esgotos. Com isso consegue-se medir o que é desenvolvimento. Como o saneamento entra na promoção da saúde e na prevenção e controle das doenças? Ele é fundamental. Hoje nós temos os problemas da dengue, da zika, da chikungunya, que representam a falta de saneamento.

Mais recentemente, em diversas conferências internacionais, têm sido apresentados diversos trabalhos - principalmente por meio da ONU (*Organização das Nações Unidas*) -, que apresentam o saneamento como um direito humano, ou seja, a falta de saneamento é classificada como decréscimo nos direitos humanos. Eles querem colocar isso na legislação, o saneamento como direito da pessoa. E falando da melhoria da qualidade de vida e da saúde pública, o que representam os investimentos em saneamento?

Há um trabalho do Banco Mundial, citado até com certa frequência, que faz a referência entre investimento em saneamento e economia gerada na saúde. Hoje, na América Latina e no Caribe, estima-se que a cada dólar investido em abastecimento de água, outros 2,4 dólares deixam de ser gastos em saúde no futuro. No saneamento, que é a coleta e tratamento de esgoto, a cada dólar investido conseguimos economizar 7,3 dólares em saúde no futuro.

Em nível global, cada dólar investido em sanea-

mento significa a economia de 5,5 dólares em saúde. Então, estamos pegando pelo lado da atração do investimento, ou a razão pela qual se deve investir em saneamento em relação à economia que nós temos. E quando a gente incorpora água e saneamento, água e esgoto, na América Latina significa que cada dólar investido traz economia de 5,2 dólares em saúde. Em nível global, 4,3 dólares. Então, por que investir em saneamento? Se não há nenhuma outra razão, para economizar em saúde. Então é um bom investimento, traz um bom retorno com esses parâmetros que foram levantados pelo Banco Mundial.

Outro aspecto importante do saneamento é a proteção e preservação ambiental. Aqui em São Paulo, basta olhar um pouquinho para o rio Tietê. A poluição é nefasta em termos de sacrificar o recurso hídrico. Se o Tietê estivesse bem saneado, seria um rio disponível para diversas coisas: lazer e até abastecimento de água. Então, temos que tomar cuidado com isso. Em relação ao mundo, temos 12% de disponibilidade hídrica. É um privilégio. É o país que mais tem disponibilidade hídrica. Só que a natureza também tem as suas razões. Então ela fala: "Bom, onde tem mais água tem menos gente!".

A nossa grande disponibilidade hídrica está na Amazônia, na região Norte. E o grande desenvolvimento está aqui no Sul, no Sudeste, do Centro-Oeste para baixo. Então, temos 81% da disponibilidade hídrica na Amazônia. E aqui temos escassez hídrica. Aqui em São Paulo sabemos bem o que é isso, estamos vivenciando agora este problema.

E o aspecto negativo, como eu estava falando, é a degradação dos corpos hídricos, provocada pela ausência de tratamento dos esgotos. 61% dos esgotos domésticos não são tratados, o que significa uma enormidade de carga orgânica que é jogada nos recursos hídricos no Brasil. Em alguns casos, como São Paulo, onde temos escassez hídrica, se nós tivéssemos tratado o rio Tietê teria-

mos a oportunidade de utilizá-lo para fins mais nobres.

Do ponto de vista econômico, no investimento em saneamento há diversas atividades que estão na cadeia de valores. Há estudos tanto da CNI (*Confederação Nacional da Indústria*) quanto do BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) mostrando a influência do saneamento na geração de emprego e renda. Um investimento de R\$ 1 bilhão em saneamento gera o valor bruto de produção de R\$ 3,1 bilhões. Ou seja, gera uma cadeia de valor três vezes maior.

Sem contar também a importância do turismo, nesse caso pensando mais especificamente no Brasil. Na região Nordeste, se tratássemos melhor o saneamento, teríamos apelo maior para o turismo. O mesmo ocorre em algumas praias do Sul - Santa Catarina, por exemplo, nesse momento, está sofrendo um desgaste enorme porque os esgotos de Florianópolis não são tratados.

Outro aspecto é que quando há saneamento, ocorre a valorização dos imóveis. No Ministério das Cidades, constantemente temos essa situação. Vamos fazer um projeto do programa Minha Casa Minha Vida em determinado local e quando vai ter saneamento, imediatamente o valor do terreno sobe.

Um dos problemas que o saneamento tem enfrentado é legal, institucional, o que provoca o atraso de muitos projetos. E hoje não há mais razão para esta discussão: quem é que comanda o saneamento? É o município? É o Estado? É o governo federal? Um empurrava para o outro. E a situação foi resolvida com um marco regulatório, a Lei 11.445. Ela definiu com clareza quais são as funções de cada ente federativo. Então, o Governo Federal tem uma atuação limitada. Não é o titular do serviço, não presta o serviço - não executa uma estação de tratamento de água, um aterro sanitário. O Governo Federal estimula, financia, analisa do ponto de vista técnico, mas não é o ente federado responsável por executar, abrir o buraco na vala.



Foto: Rafael Pacheco / Fotos Públicas (22/06/2015)

Em Pirapora do Bom Jesus (SP), a espuma de poluição do rio Tietê avança e invade a ponte

A titularidade, pela lei, é dos municípios. Isso permite pegar uma comunidade do interior, que tem recurso hídrico, capacidade financeira e visão técnica e política do assunto e resolver a coisa. Quando você pega uma região metropolitana como a de São Paulo, por exemplo, onde não há recurso hídrico - a cidade de São Paulo não tem, o rio Tietê não serve, o rio Pinheiros também não - então há o conflito federativo. Quem é o concedente? Tanto que o sistema Cantareira pega uma parte da água de Minas Gerais. As relações passam a ser complexas e aparecem as dificuldades institucionais. Estamos vivendo a outorga do Sistema Cantareira. Terminou a outorga e como vai ser a próxima?

A necessidade de água existe porque a população cresce. Mas de onde vamos pegar esta água? Este conflito aparece, inclusive, na região de Campinas. Como será a partição da água? Isso é um conflito institucional.

Essa situação está aparentemente resolvida na Lei 11.445, uma lei importante porque define as diretrizes nacionais, define que o saneamento básico é constituído por quatro pilares: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos urbanos.

Diferentemente, a Organização Mundial de Saúde, lá nos anos 1945, 1950, pensando nos países em desenvolvimento, definiu saneamento básico como água



“ Com o Plano Nacional de Saneamento realmente houve um avanço na década de 1980, quando a ONU (*Organização das Nações Unidas*) declarou que aquela seria a década da água. E as metas do Planasa eram duas: atender 80% da população urbana e 80% dos municípios com água. Mas a parte de esgoto foi negligenciada. Essa foi uma falha do Planasa. ”

e esgoto. E só. A nossa lei modificou um pouco esse conceito. Ela também exige planejamento, cooperação federativa, regulação da prestação de serviço. Esse é outro ponto que está emergindo na série de conflitos. A lei estabelece, portanto, a relação contratual entre o prestador de serviço e quem recebeu a concessão. Então, você tem um contrato de programa, de concessão, bem definido, com os investimentos a serem alocados, construídos. E a lei também aborda o controle social. Cria condições para que a sociedade possa participar, através de um conselho, dessas decisões. Funciona? A prática vai mostrar. Nós estamos em 2016 e essa lei já tem quase 10 anos. Algumas vezes funciona; outras vezes, não.

O Brasil tem uma falha enorme em termos de planejamento. O último feito foi em 1970, o Planasa (Plano Nacional de Saneamento). Por meio dele foi decidido que cada Estado deveria ter uma única empresa de saneamento. Por que uma única empresa? Porque o agente financeiro que emprestaria os recursos a essa única empresa estadual era o BNH (*Banco Nacional da Habitação*), com recursos do Fundo de Garantia. Nesse

aspecto, não mudou quase nada. Os recursos continuam sendo do Fundo de Garantia. Ficava mais fácil o Governo Federal controlar 27 empresas em 27 Estados e resolver o problema do saneamento por meio dessas empresas.

Aí houve uma grande reação, diziam que era um programa da ditadura. São Paulo mesmo reagiu fortemente a isso, mas foi obrigado a criar a Sabesp em 1973. Só que a Sabesp não opera em todos os municípios do Estado de São Paulo, só em metade. Outros Estados também tiveram o mesmo problema. Então, hoje não existe uma empresa de saneamento que opere em todo o Estado. Com o Plano Nacional de Saneamento realmente houve um avanço na década de 1980, quando a ONU (*Organização das Nações Unidas*) declarou que aquela seria a década da água. E as metas do Planasa eram duas: atender 80% da população urbana e 80% dos municípios com água. Mas a parte de esgoto foi negligenciada. Essa foi uma falha do Planasa.

Em 2013, o Ministério das Cidades, depois de quatro anos trabalhando e discutindo com a socie-

dade, editou o Plano Nacional de Saneamento, o Plansab. É um plano estratégico, que procura olhar para a frente, criando linhas estratégicas para trabalhar. Definiu metas a serem atingidas em 2018, 2023 e 2033. Foi aprovado em lei. Quatro ou cinco ministérios aprovaram e validaram o plano. A esperança é que ele seja mantido e consiga atingir as suas metas, mas nós temos uma dificuldade de financiamento porque veio a crise econômica e ela tem retardado os investimentos. Mas as metas estão estabelecidas. Universalizar o abastecimento de água nos domicílios urbanos até 2023 é uma meta factível, possível. Nesse aspecto, o Brasil está bem encaminhado. Tem 95% dos municípios atendidos com água.

No que diz respeito a esgoto é mais complicado. A meta é elevar o tratamento em relação ao volume total de esgoto gerado - de 39% em 2014 para 86% até 2033.

A pergunta que devemos responder é: a meta é factível ou não? Do ponto de vista de plano, que precisa de uma meta ousada para gerar condições de reivindicar os recursos, acho que é plausível. Eu sou razoavelmente otimista, não totalmente otimista. Acho que se a economia reagir, vamos ter condições. Principalmente se acontecer a abertura que o ministro Gilberto Kassab tem buscado, de possibilitar parcerias com a iniciativa privada. Aportando esses recursos, que estão disponíveis no mercado, conseguiremos atingir essas metas.

É necessário um grande esforço na mudança da mentalidade. Estados importantes pensam que a água é um dom de Deus. Então, não cobram tarifa e a coisa fica muito mais difícil de ser atingida. O custo fica muito mais alto porque o desperdício é muito maior.

E quais são os valores necessários para atingir estas metas? Pensando na média anual



de R\$ 25 bilhões que deveriam ser investidos, a meta não é absurda, é plausível de ser atingida, com aquelas condições. O valor total dos investimentos é pouco superior a R\$ 500 bilhões. Para água, R\$ 122 bilhões; esgoto, R\$ 181 bilhões; resíduos sólidos urbanos, R\$ 24 bilhões; drenagem, que é um dos pontos críticos, R\$ 68 bilhões; e gestão, R\$ 112 bilhões. Gestão é um dos pontos nevrálgicos que nós temos no Brasil na área de saneamento.

Isto tudo dá a ideia de como o Brasil está, de como está se desenvolvendo esse programa. No caso de abastecimento de água, o Brasil tem, em 27 Estados, 25 empresas de saneamento. O Acre e o Mato Grosso não têm. Assim, a abrangência é de 80% dos municípios brasileiros. Isto é uma responsabilidade do setor público e um atrativo para a iniciativa privada. Essas empresas são responsáveis por 74% da população urbana, falando em abastecimento de água.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, as companhias têm responsabilidade com 57% dos municípios. Então, aqui aparece uma primeira distorção.

Saneamento, do ponto de vista da sua integralidade, deveria compor pelo menos água e esgoto, sem separação. Mas a gente percebe que enquanto as empresas estaduais são responsáveis por 75% dos municípios, elas respondem só por 57% do esgoto. Por quê? É claro que a água é mais fácil de ser trabalhada, a tarifa é mais fácil de ser cobrada e as obras são mais simples para serem executadas. Então, a empresa pega a concessão de água e não quer pegar a concessão de esgoto. A Copasa é um caso. Minas Gerais era assim. Pegava a concessão de água dos municípios, mas não pegava a concessão de esgoto. Ou, num linguajar do botequim, pega o filé e deixa o osso. E, aí, cai a população atendida.

E aqui estamos falando da natureza jurídica das empresas. A maioria é de economia mista, poucas são privadas - atendem a apenas 5% da população urbana. Então, o setor privado tem pouca participação. E qual é a razão? Precisa ser analisada. Temos que criar mais atrativos? A população suporta uma tarifa maior? E há algumas dificuldades. O Estado do Tocantins, por exemplo, tem uma experiência interessante. A Saneatins, que é uma empresa privada, tem a concessão de todo o Estado. O Estado tem uma *golden share*, ou seja, tem uma ação muito significativa no processo. E é um Estado que tem tido investimentos permanentes e de boa qualidade. Está conseguindo avançar. Mas é um caso atípico. Nós não temos nenhum outro parecido. Temos o caso inverso, por exemplo, do Mato Grosso, que acabou com a empresa de saneamento e não pôs nada no lugar.

Vou falar agora sobre a evolução da cobertura. Treze milhões de pessoas nas áreas urbanas ainda não têm rede de distribuição de água e a gente tem que atingir essas pessoas até 2023. São sete anos. Isso dá três Uruguais.

E nós temos também um outro problema: 25%

dos sistemas apresentam intermitência do abastecimento. Esse é o pior dos mundos. Nós vimos aqui em São Paulo. Falaram: "Estamos diminuindo a pressão". Não estão diminuindo a pressão coisa nenhuma, estão fazendo é racionamento com outro nome. Por quê? Porque a regra é a seguinte: precisamos ter no ponto mais alto da rede pelo menos 15 metros de pressão. E o ponto mais baixo da rede, no mais desfavorável, devemos ter no máximo 50 metros de pressão. Se a gente fala: "Bom, então eu não vou fazer racionamento, eu vou diminuir a pressão". Então, naquele lugar que eu deveria ter 15 metros, se eu reduzir seis metros, eu passo a ter 9. A água não atinge a caixa d'água. Com esses 15 metros, analisando a condição hidráulica da ligação domiciliar, a água atinge a caixa d'água de um sobrado. Sobrado tem 6 metros, 3 de pé direito, mais 3, dá 6, 7, 8 metros, para ele poder ter pressão. Então, daí considera-se os 15 metros. Quando eu falo que estou reduzindo a pressão, todo mundo que está na cota acima do valor fica sem água. Esse é o novo eufemismo de racionamento: vou reduzir a pressão.

E essa intermitência é o pior dos mundos porque eu posso introduzir uma série de fatores adversos na rede. Posso introduzir esforços desnecessários, romper não só a ligação domiciliar como a própria rede. Contaminação por esgoto é muito difícil, porque a rede normalmente não permite que o esgoto penetre. Não há pressão no esgoto para penetrar na rede. Então, quando a gente vê falar no jornal que vai entrar esgoto na rede, isso não acontece. Se eu tiver um metro de pressão hidráulica na rede, e não 15, eu não tenho condição de ter penetração de esgoto na rede de água.

Falando sobre a evolução do abastecimento de água, no atual ritmo a universalização das redes de água do sistema de abastecimento não será alcan-

çada em 2023, com essa intermitência - embora a gente tenha uma grande chance de atingir.

Nosso grande problema está no esgoto. Temos 61 milhões de pessoas em área urbana que não têm rede de esgoto, não tem rede coletora. É um problema que exige não só atenção, não só recurso, mas enorme conscientização da sociedade. Eu me lembro de que no Mackenzie havia um projeto para mexer com saneamento em Irecê, na Bahia. A cidade era uma catástrofe em termos de saneamento: não tinha água, nem esgoto. Então, foi uma batalha feroz. Por meio do Mackenzie, tentamos falar com o governador da Bahia para arrumar os recursos. E quando o dinheiro estava mais ou me-

nos engatilhado foi marcada uma reunião com o governador. E o prefeito de Irecê disse: "Você precisa ir lá comigo, falar com o governador, assinar o documento que vai trazer o dinheiro para cá!". Isso foi na década de 1980, lá por 1985. Aí, no dia anterior eu encontrei com ele em Salvador. Ele disse: "Professor, acho que a gente deveria mudar essa reunião". E eu: "Como, você está louco? Já está marcado." O governador era o Toninho Malvadeza (Antônio Carlos Magalhães). Já pensaram, mudar uma reunião com o Toninho? E ele: "Sabe o que é? É que esse povo, depois que tiver água vai ficar me enchendo a paciência querendo esgoto. Vai querer que eu tire o esgoto da casa dele".

**“Treze milhões de pessoas nas áreas urbanas ainda não têm rede de distribuição de água e a gente tem que atingir essas pessoas até 2023. São sete anos. Isso dá três Uruguais”.**



O esgoto tem esse problema: tem que conscientizar a sociedade para pressionar os órgãos de decisão, caso contrário não sai. E temos que entender que fica muito mais caro fazer depois, que é o caso típico de São Paulo. Quanto já não foi investido no projeto do rio Tietê? E quando vamos conseguir despoluir o Tietê? Eu acho que nem os netos dos meus netos vão ver, porque é um processo muito complexo, muito difícil, muito complicado. O Tietê, em particular, é um caso muito complicado. Então, esse é o desafio maior que a gente tem: atingir as metas de tratamento de esgoto para 60 milhões, que é mais do que a população da Inglaterra. E a meta é atingir em 17 anos. É muito difícil, mas vamos ficar em cima disso.

A função do Ministério das Cidades é assegurar o acesso da população, de acordo com esses princípios do Plansab, da universalidade, equidade, integralidade. Esse é o norte que a gente tem para ficar puxando recursos. Nós temos no Ministério o Sistema Nacional de Informação. É um banco de dados que vem sendo mantido já há mais de 20 anos. Ele tem uma fragilidade: os dados são declaratórios. Mas a gente tem uma área que fica trabalhando muito fortemente nessas declarações, para analisar inconsistências ou incongruências e torná-los os mais confiáveis possíveis. São os municípios que declaram. Mas a amostra é muito grande, porque atinge mais de 90% dos municípios e engloba 95% da população. É um banco de dados significativo. O último resultado é de 2014.

O principal resultado que ele mostrou é que houve um incremento de atendimento de 2,4 milhões de habitantes em abastecimento de água de 2013 para 2014. E 3,5 milhões atendidos com rede coletora de esgoto. São 15 mil quilômetros de rede de água e 3,8 trilhões de metros cúbicos de esgoto coletado e tratado por ano. Esse é um valor muito significativo

porque a gente não admite mais que aconteça o que acontecia anteriormente: a rede de esgoto era feita, mas o tratamento não. Hoje, não existe mais essa possibilidade. Fez a rede, tem que levar ao tratamento.

O Brasil tem um consumo médio per capita de 162 litros de água por dia. Esse número significa que estamos no limiar da saúde pública. A Organização Mundial de Saúde fala que o mínimo seria 100 litros por habitante por dia. E coloca mais uma restrição: no máximo a um quilômetro de distância - e temos ainda muita gente que carrega lata d'água na cabeça. Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos a disponibilidade é de 450 litros diários por pessoa, mais ou menos. E aí vem o outro lado da equação: 450 é muita água por habitante por dia, então precisa restringir. E daí vem essas campanhas de economia de água. Na minha opinião, sempre é bom batalhar pela economia de água, mas a gente percebe que temos um consumo civilizado. Tanto é verdade que em projetos no Sul e Sudeste do Brasil ninguém admite uma taxa menor do que 200 litros por habitante por dia. Em Higienópolis (*bairro tradicional de classe média alta de São Paulo*), o consumo é de mais ou menos 300, 250 litros por dia por habitante. Então, quanto mais elevada a classe socioeconômica, maior o consumo de água.

Outro drama é o índice de perdas. Com as campanhas que têm sido feitas, temos uma curva decrescente, o que é ótimo, dá certa esperança. Mas só para efeito de comparação, os países que têm a menor perda no mundo são Japão e Alemanha, na faixa de 10%. Nós estamos com 35%, 36%. E precisamos ter muito cuidado, não podemos ser simplistas. A gente vê na televisão e no rádio: "perdeu 30% da água". Então, produziu dez, perdeu três. Não é bem assim. Não existe perda zero no sistema de abastecimento de água. Existe perda evitável e inevitável; necessária e desnecessária.

A função do Governo Federal não é pequena. Vemos que nesses dois Programas de Aceleração do Crescimento, de 2007 e 2015, foram contratados 2.914 empreendimentos e a nossa principal prioridade é o esgoto. Do total de empreendimentos, 803 foram de água e 941 de esgoto. Só eles representam R\$ 86 bilhões de investimentos, um valor muito significativo. O Planasa, em todo o seu período, lá na década de 1970, não investiu este valor.

**SÉRGIO RONDINO:** Pelos números que o senhor está indicando, o ideal seria que teríamos água para todos em 2023; e em 2033, esgoto coletado. Mas para isso precisamos de uma média de R\$ 25,4 bilhões de investimentos nos próximos 20 anos. Chegaríamos ao paraíso em 20 anos se houvesse esse tipo de investimento. Eu quero saber se isso é viável.

**PAULO FERREIRA:** Olhando da ótica de hoje, é muito difícil conseguir esses recursos. Se houver um incentivo à participação privada, isso vai melhorar. O governo não terá condição de aportar esses recursos. Então, é necessário ter aporte da iniciativa privada para atingir a meta.

**SÉRGIO RONDINO:** Eu estava pensando no seguinte: 25 bilhões de reais é muito, em relação ao orçamento da Nação? Ou é uma decisão que dá para tomar e é possível?

**PAULO FERREIRA:** Não sei.

**ROBERTO MACEDO:** O Bolsa Família custa R\$ 30 bilhões, R\$ 20 bilhões por ano.

**SÉRGIO RONDINO:** Se tem para o Bolsa Família, por que não pode ter para o saneamento?



**RUBENS FIGUEIREDO:** Deixa eu fazer uma ponderação aqui, doutor Paulo. O senhor falou uma coisa preocupante. "Precisa conscientizar a sociedade a pressionar o governo para investir em saneamento". Um dirigente europeu disse o seguinte: "O Governo sabe o que tem que fazer. O que ele não sabe é fazer o que tem que fazer e ganhar a eleição". Essa questão do saneamento talvez seja o assunto em que há maior percepção de que é importante. Nós temos leis que determinam que o governo deve investir determinada porcentagem em saúde. Tem que investir uma determinada porcentagem em educação. Se um dólar em saneamento vira 5,2 dólares em economia na saúde em algum tempo, não seria mais viável que se estabelecesse uma lei que vinculasse esse investimento ao saneamento, tendo em vista a importância que ele tem para o país e a desimportância que tem para a opinião pública?

**PAULO FERREIRA:** Eu não sou a pessoa mais indicada para dar esse conselho, não.

**ROBERTO MACEDO:** O Orçamento já está engessado...

**RUBENS FIGUEIREDO:** Mas se é para engessar, engessa aqui.

**ROBERTO MACEDO:** Mas engessa aí e depois como fica? Se você precisa de mais dinheiro para outra coisa... E arrecada R\$ 100 de impostos, R\$ 40 não vão para aquela coisa porque estão vinculados...

**RUBENS FIGUEIREDO:** Sim, mas saneamento me parece algo importante para vincular.

**ROBERTO MACEDO:** A questão é prioridade.

**PAULO FERREIRA:** Em 2007 foram concluídos 1.050 contratos. É uma curva ascendente. É possível, com investimentos, chegar com certa rapidez. Acontece que o Brasil é um país muito grande e desunifome. Se pegarmos um Estado do Norte, o regime de chuvas é diferente, a obra é diferente, a capacitação técnica é diferente, a gestão é muito diferente. Se pegarmos alguns Estados do Nordeste, é a mesma situação. E até cidades aqui no interior de São Paulo tem situações desse tipo. Um ponto importante é melhorar a gestão, a capacidade técnica. Isso permitiria acelerar. Por exemplo, uma licitação, para fazer, são seis, sete, oito meses. Tem licença ambiental...

**EDUARDO PAVÃO (UGT):** Alguém tem o cálculo de quantos empregos gera cada quilômetro de rede de esgoto?

**PAULO FERREIRA:** Existe por valor desembolsado, que é um trabalho do BNDES, muito interessante, que mostra quantos empregos são gerados e, depois, o efeito na cadeia produtiva. Se é investido R\$ 1 bilhão, são gerados 3,8 bilhões na cadeia.

**ROBERTO MACEDO:** Essa questão do momento, do mosquito (*Aedes aegypti*), eu ouvi notícia de que aqui no Sul e no Sudeste o problema está mais nas residências. E que no Nordeste, por exemplo, alcança inclusive o saneamento. O que quer dizer?

**PAULO FERREIRA:** É o esgoto. O problema do Nordeste é que em muitos locais temos uma situação dramática. Vamos pegar Cabo de Santo Agostinho (*em Pernambuco*). É um pólo turístico importante, ao lado de Recife. Há pouco tempo você tinha esgoto correndo. Turista não vai querer isso. Agora, o foco do mosquito. Ele não procria só em água limpa. É um grande problema de saneamento, mas também de higiene das habitações. Se as pessoas mantêm suas casas adequadas, tiram todos aqueles focos possíveis...



**LUIZ ALBERTO MACHADO:** Historicamente, um dos grandes problemas de que ouço falar, no Brasil - que envolve saneamento e uma série de outras áreas - é que o investimento em saneamento é subterrâneo e não dá voto. E por isso não há - a não ser no discurso pré-eleitoral - interesse por parte dos políticos de dar uma ênfase tão grande para que as coisas se realizem. Isso continua existindo?

**PAULO FERREIRA:** Eu sou um simples fazedor de continhas. Essa área não é, especificamente, a minha.

Eu posso citar a minha experiência. Por exemplo, São Paulo tinha um grande problema e o governador Paulo Egydio Martins fez um pesado investimento em saneamento. Aliás, foi o governador que mais investiu em saneamento em São Paulo. E aí o secretário de Saúde dele, o Walter Leser, disse: "Vou tirar recursos da saúde e vocês aplicam". E naquela época também tinha o BNH (Banco Nacional da Habitação), que era o financiador, e São Paulo tinha capacidade de investir. Os recursos eram alocados para os Estados do Nordeste, que não gastavam, e o dinheiro era transferido para cá. Então, normalmente em agosto chegavam recursos que não estavam previstos mas podiam ser contratados. Eu estive envolvido nisso. Havia um tubo que passa por Higienópolis, que era de 1,20m de bitola. Como vieram recursos do BNH, pudemos colocar de 1,80m, o que aumenta muito a vazão. O Paulo Egydio investiu bastante e foi um governador muito bem avaliado. Outro que também investiu foi o (*Mario*) Covas. E teve boa aceitação. Eu acho que é uma visão um pouco atrasada essa de que saneamento não dá voto. Não tem nada a ver.

**SÉRGIO RONDINO:** O ministro (Gilberto) Kassab tem levantado o problema da falta de projetos. Às vezes existem recursos do Governo Federal, mas os municípios, que são gestores do saneamento, não têm projetos para utilizar esse dinheiro. Isso é frequente?

**PAULO FERREIRA:** Esse é um grande problema. A falta de capacitação técnica. Houve um caso logo que chegamos no Ministério das Cidades. Um município de 50 mil habitantes. Para fazer um plano de saneamento, gasta-se mais ou menos uns R\$ 150 mil, R\$ 200 mil. E esse município tinha à disposição, em recursos a fundo perdido da União, R\$ 850 mil. Não conseguiu gastar, não conseguiu fazer um plano. Às vezes o pre-



feito não se aprimora, não se cerca de pessoas com capacitação técnica. Os pequenos precisam ter alguma forma de assistência. O Estado de São Paulo perdeu uma grande oportunidade. Antes da Sabesp, tinha o Fesb (Fomento Estadual de Saneamento Básico). O Fesb atendia os pequenos e fazia projetos até a licitação da obra. E tinha recursos da Caixa Econômica do Estado, que financiava o Fesb. Era uma assistência. A Sabesp não quer colocar recurso a fundo perdido no município. Eu tive uma reunião com a Associação das Empresas de Saneamento e disse: "Vocês deveriam fazer os planos estaduais de saneamento, fazer para o Estado inteiro. O Estado repõe os recursos que vocês gastarem no plano, que é irrisório. E daí vai resultar o projeto".





**WOILE GUIMARÃES:** Quero saber se há uma assistência do próprio Ministério para engatar ou para ceder projetos. Municípios de até 50 mil habitantes, que são os mais carentes e mais desaparelhados... Não haveria a possibilidade de o Ministério aportar esses projetos?

**PAULO FERREIRA:** Você toca num problema complicadíssimo. Isso precisa, em algum momento, ser resolvido. O Brasil está segmentado em municípios acima e abaixo de 50 mil habitantes. Então, o Ministério das Cidades mexe com os municípios acima de 50 mil. Dos 5.700 municípios brasileiros, 750 tem acima de 50 mil habitantes. Os outros municípios estão a cargo da Funasa, que é a fundação ligada ao Ministério da Saúde. E tem mais outros ministérios. Tem muita gente mexendo em saneamento, e quando muita gente mexe, ninguém mexe.

**WOILE GUIMARÃES:** É questão de afinação de políticas.

**PAULO FERREIRA:** Um ajuste político para orientar. E daí entra o contexto um pouco mais complicado. Esses municípios são desassistidos. Sobre a sua pergunta, se a gente dá assistência, sim, tem lá um pessoal técnico que procura dar assistência, mas não entramos muito por causa dessa divisão, de 50 mil habitantes.

**RAFAEL AUAD:** Eu tenho duas perguntas sobre a cidade de São Paulo. A primeira é uma questão burocrática. São Paulo tem uma defasagem na questão da regulamentação fundiária. É um problema para atuação do poder público em diversos setores. Eu quero saber se também é um problema para o poder público na área de saneamento, principalmente nas regiões de manancial, ali no entorno de Parelheiros. A segunda pergunta é mais técnica. São Paulo tem grandes estações de tratamento de esgoto, que estão concentradas. Em outras cidades há uma matriz de tratamento de esgoto em estações pequenas, descentralizadas. Eu queria saber se isso seria um caminho para o tratamento em São Paulo ou se vão continuar insistindo nas grandes estações. É possível tratar todo o esgoto da cidade neste modelo?



**PAULO FERREIRA:** Em termos de regulamentação fundiária, no caso específico do saneamento, a gente ocupa área pública, normalmente. Isso não seria problema. O problema aparece quando você está trabalhando numa área como a da (*Represa do*) Guarapiranga, por exemplo. Como ali era área de ocupação inadequada, irregular, houve uma época em que o Ministério Público não deixava fazer. Depois houve um entendimento. É uma vergonha ver aquela população, aquela água disponível, e não poder beber. Tem que vir até Santo Amaro para tratar e voltar, mas não podia passar nem a tubulação. Então, o esgoto caía na Guarapiranga, fluindo pela rua. Não deixava fazer coleta de esgoto. Hoje, no caso de São Paulo, está mais equacionado, mais resolvido. Alguém levantou a questão das licenças ambientais. Santa Catarina está com um problema complicado. Em Florianópolis tem sistema todo feito, uma estação de tratamento de esgoto projetada, pronta, com tratamento terciário. Mas o Ministério Público não deixa fazer a estação porque fala que vai cortar uma quantidade de árvores da Mata Atlântica. Então, o esgoto está indo para a praia. O que a gente prefere? Ninguém gosta de cortar árvore, mas poderia ser assumido o compromisso de plantar dez vezes aquela área que você desmatou. Compensação ambiental, mas eles não aceitam.

A segunda questão que você levantou é meio filosófica. Porque houve uma época aqui em que *small is beautiful*. Na Inglaterra, no início do saneamento em Londres, eles faziam algumas fossas de tratamento. E a cidade teve uma epidemia muito forte de cólera. Aí começaram a fazer pequenas estações de tratamento. Mas a estação de tratamento de esgoto dá muita operação, então fica inviável fazer desse tipo. Paris não tem pequenas estações, tem estações grandes e muito grandes. Uma das atrações que eles oferecem ao turista é passear dentro de um tubo de esgoto. É

interessante porque eles têm um sistema que é antigo e dá para visitar. No caso de São Paulo, o sistema de esgoto é muito grande e a discussão ficou muito politizada. São Paulo tem cinco estações de tratamento de esgoto. Uma no ABC, três no Tietê e uma em Suzano, com ampliações. Foi uma batalha feroz, porque era uma batalha ideológica. Tinha uma corrente que achava que em vez de coletar o esgoto, que era muito caro, deveria ser feita uma lagoa de estabilização. A lagoa ocupa uma grande área. É um bom tratamento, mas não para uma cidade como São Paulo, mas para uma cidade do interior, com até 50 mil habitantes. Essas estações estão condicionadas nessa lógica, economia de escala e a facilidade de operação.

O Paraná tem uma experiência interessante em comunidades pequenas. Às vezes a comunidade está isolada e você tem que andar 15 quilômetros para atender, fica inviável. Então, deixam jogar o esgoto onde quiserem. O Paraná fez fossas para atender três, quatro, cinco casas ou mais, e a Sanepar, companhia de saneamento, assumiu a responsabilidade de fazer a limpeza do lodo. Então, essa é a experiência interessante. E você atende essas comunidades pequenas. Fossa é um ótimo tratamento, não tem nada que seja ruim, mas precisa ser no lugar correto.

**ROBERTO MACEDO:** A lagoa de estabilização cabe em municípios pequenos?

**PAULO FERREIRA:** Cabe e funciona muito bem. Não é fossa a céu aberto. Uma parte dela é anaeróbica. Então, a lagoa é mais funda. O esgoto fica parado ali uns quatro, cinco dias, no máximo. E ele então vai para uma lagoa maior. Não tem cheiro. Se há cheiro, é porque é mal operada. Ela vai fazendo autodepuração. Quando se tem algum problema, você põe um aerador para fornecer oxigênio.



**ANDRÉ SIMMONDS:** Quando o Ministério faz os investimentos nas cidades, quem é responsável pela manutenção? É o próprio município? Se for, qual o planejamento para que ele tenha condição de arcar com essa manutenção? No rio Tietê, onde há várias entidades responsáveis pelo tratamento de água e esgoto, como se resolve? Qual é o planejamento que se pode fazer para tratar o Tietê? Quando há esse conflito, há alguma entidade que resolve?

**PAULO FERREIRA:** Em geral, o responsável é o Ministério das Cidades. Ele financia o tomador, que é normalmente o Governo do Estado, mas é necessário ter alguém que vai operar o sistema. No caso de São Paulo, vamos imaginar um município de 70 mil habitantes que não tem capacidade de pegar financiamento, mas tem serviço de água, esgoto, uma autarquia. Então, o Governo do Estado pega esse recurso, o Ministério das Cidades financia o Governo do Estado, que vai pagar ou será a fundo perdido, e o próprio município vai operar. O Ministério dá assistência, que começa no projeto. Quando ele fornece o projeto, a gente vai ver se atende àquela condição de tratamento de esgoto. Este é o primeiro caso.

Quando você tem um tomador, que é o caso, vamos para a segunda pergunta. No caso aqui de São Paulo, tem a Sabesp, que opera 300 municípios. Na faixa do

Tietê, ela opera lá de cima, desde Salesópolis até aqui embaixo. O responsável é ela. Daí você chega em Guarulhos, que tem 1 milhão de habitantes, e a Sabesp não opera a cidade, que é obrigada a tratar o esgoto e tem lá o seu serviço, uma autarquia, que faz o tratamento. Aí você pega o caso de São Caetano, município pequeno, totalmente saturado, muito equilibrado do ponto de vista financeiro, nem esquenta a cabeça. Recebe a água da Sabesp em bruto e entrega o esgoto na estação do ABC. Agora vamos mais para a frente, Santo André, por exemplo. É um caso complicado. Município forte, equilibrado, tem recursos e não tem tratamento de esgoto. Joga no Tamanduateí. Nesse aspecto, o Ministério Público tem atuado bem, tem pressionado as agências, insistido para que haja tratamento. E há recursos: no Ministério das Cidades, BNDES, Fundo de Garantia. Então, precisa analisar caso a caso.

**ROBERTO MACEDO:** Suponha que nas eleições municipais apareça um candidato a prefeito e ele ganha a prefeitura. Ele tem um programa de água e saneamento. E tem lá aquela cultura local, burocrática. Se ele quiser sair procurando uma assistência técnica, como faz?

**PAULO FERREIRA:** Ele tem empresas de consultoria. Ele tem que pegar. Ou, no caso de São Paulo, tem um fundo gerido pelo comitê de bacias, que financia projeto e execução da obra para municípios pequenos. Os comitês de bacia recebem recursos. Na teoria, a cobrança pelo uso da água deveria reverter para aplicar exatamente nisso. Para atender esses municípios mais carentes.

**SÉRGIO RONDINO:** Gostaria de agradecer a participação de todos vocês, especialmente do doutor Paulo Ferreira, pela clareza dos argumentos. Muito obrigado e até nosso próximo Encontro Democrático.

**Presidente**  
Guilherme Afif

**1º Vice-presidente**  
Vilmar Rocha

**2º Vice-presidente**  
**Diretor de Relações Internacionais**  
Alfredo Cotait Neto

**Secretária**  
Alda Marco Antonio

**Diretor Superintendente**  
João Francisco Aprá

**Conselho Superior de Orientação**

**Presidente** - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

**ENCONTROS DEMOCRÁTICOS** - Coleção 2016 - Nº 18

**ESPAÇO DEMOCRÁTICO** - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br) Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)

Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas



# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)